

LICITAÇÕES E COMPRAS SUSTENTÁVEIS

Compreendendo os critérios socioambientais que podem ser inseridos nos Editais e Contratos Administrativos

APRESENTAÇÃO

A necessidade de introdução de critérios socioambientais nos procedimentos de aquisição de bens, serviços e obras apresenta-se como imperativo máximo do Poder Público e justifica-se, ainda, face à responsabilidade objetiva do Estado no que diz respeito à promoção do bem estar dos administrados e à preservação do meio ambiente de forma sistemática e contínua.

Os princípios insculpidos na Carta Política de 1988, na Lei Federal Nº 8.666/1993 e na Lei Federal Nº 10.520/2002, em nenhum momento apresentam óbices à inserção de critérios e exigências socioambientais nos procedimentos e certames licitatórios, isto é, desde que estejam tais critérios e exigências claramente especificados e balizados em elementos técnicos coerentes e justificáveis, não haverá qualquer restrição às contratações e aquisições sustentáveis.

O curso é destinado à discussão e à reflexão sobre os aspectos jurídicos e procedimentais de licitações e contratos administrativos, porém de uma forma ampla, pois o objetivo aqui é indicar em quais aspectos podem ser introduzidos os critérios de sustentabilidade de forma lícita e eficiente e, ao mesmo tempo, também é orientado para a prática, a partir de debates e proposições que serão realizados em sala de aula e da experiência do professor com o tema, sem descuidar da apresentação de casos concretos pelos participantes do curso. Assim, conjuga-se a idéia de compartilhamento de conhecimentos e experiências sobre este tema bastante inovador. Como definir o fluxo das informações, a fim de atender as premissas e as implicações da referida Lei.

A QUEM SE DESTINA

- Profissionais que atuam na área pública, empresarial ou do terceiro setor que necessitam capacitar-se para atuação na área de compras, licitações e gerenciamento de contratos, com o enfoque da sustentabilidade.
- Profissionais que desejam obter maiores conhecimentos sobre compras sustentáveis, a partir das inovações introduzidas recentemente.
- Gerentes, analistas e técnicos das áreas de suprimentos, suporte logístico, planejamento, finanças, orçamento, jurídico, auditoria e outras que se interligam às compras, licitações e contratações; membros das comissões de licitações e gestores de contratos pertencentes à Administração Pública direta ou indireta, no âmbito da esfera federal, estadual ou municipal.
- Membros de empresas que participam de licitações perante o setor público, que desejem adequar-se aos novos preceitos e exigências dispostas nos editais de licitação e contratos administrativos, a partir de critérios socioambientais.

OBJETIVOS

- Abordar a legislação e os principais instrumentos normativos sobre licitações e contratações, sob o enfoque da sustentabilidade.
- Promover a discussão e análise da importância da eliminação dos impactos ambientais e sociais causados pelos hábitos de consumo coletivo da Administração Pública.
- Propiciar aos participantes a reflexão sobre a possibilidade de inserção de critérios e indicadores socioambientais como balizadores das licitações e contratações públicas.
- Dotar os participantes de uma visão crítica a respeito do forte poder de influência que a área de licitações e contratos possui na estrutura organizacional, assim como, sobre a necessidade de demonstrar e negociar com as áreas demandantes sobre a existência de bens e serviços que valorizam a sustentabilidade ambiental como possibilidade de aquisição e contratação.

RESULTADOS PARA OS PARTICIPANTES

- Instrumentalização para a efetiva adoção de boas práticas no planejamento das compras e contratações públicas e desenvolvimento de critérios e indicadores que influenciarão na seleção das propostas de compras e contratações na Administração, orientadas para a sustentabilidade.

- Capacitação para o desenvolvimento de novos agentes de mudança organizacional, a partir de uma perspectiva socialmente responsável e alinhada à tendência mundial de valorização da sustentabilidade e eficaz uso de recursos naturais e públicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceito de licitação
- O conceito de desenvolvimento sustentável e suas implicações para as compras e contratações governamentais
- A complexidade do conceito de gestão ambiental na esfera pública e privada
- A agenda ambiental em âmbito nacional e internacional
- O papel indutor do Estado e a “economia verde”
- Conceito de licitação sustentável
- Base constitucional e limites legais para introdução da sustentabilidade nas licitações públicas
- Exemplos de normas estaduais e municipais sobre licitações e contratações sustentáveis
- Quais critérios são legítimos de introduzir nos editais e contratos administrativos para garantir a sustentabilidade?
- A posição do TCU e demais órgãos de controle sobre aquisições sustentáveis
- O projeto básico e o termo de referência como instrumentos para garantir a sustentabilidade de obras, serviços e compras
- Critérios de sustentabilidade e julgamento por menor preço
- Critérios de sustentabilidade e julgamento por melhor técnica e técnica e preço
- Objetivos da licitação sustentável e restrições à participação com base em certificações
- A instrução normativa nº 01/2010 - dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional
- O Decreto Nº 7.746, de 05 de junho de 2012 - regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal
- Implantação da gestão de compras públicas sustentáveis
- Perspectivas e tendências da gestão ambiental (Compras compartilhadas sustentáveis; Logística Reversa; e Evolução Tecnológica)
- Análise de editais de licitações sustentáveis

METODOLOGIA

Exposição dialogada, debates, análise de casos concretos, exercícios individuais e em grupo.

CARGA HORÁRIA

O curso terá a duração de 16 (dezesesseis) horas, em dois dias.

PROFESSOR – FABRIZIO DE QUEIROZ ARAUJO

Graduado em Administração de Empresas, com pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas (MBA Executivo em Gestão Pública), com apresentação de projeto de conclusão de curso com enfoque na inserção de critérios e indicadores socioambientais como balizadores das contratações públicas. Exerceu o cargo de Gerente de Suprimentos e Suporte Logístico na São Paulo Previdência, autarquia da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, onde também é responsável pela elaboração de Editais e Contratos Administrativos. Em suas atividades no Governo do Estado de São Paulo tem desempenhado papel de disseminador das ideias de compras e contratações sustentáveis.

Professor e consultor do **IDEMP** – Instituto de Desenvolvimento Empresarial, onde ministra os seguintes treinamentos: “Compras e Contratações Sustentáveis na Empresa Privada”; “Licitações e Compras Sustentáveis”.